

1º Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos

Evento do CRP-RJ terá presença das Madres de Plaza de Mayo, das Mães de Acari e das Mães do Degase - páginas 10 e 11



Visita à Clínica Amendoiras: um reflexo da saúde no Rio –
página 3

Dia do Psicólogo reúne categoria na sede do CRP-RJ –
páginas 4 e 5

XI Plenária completa um ano de gestão – páginas 6 e 7

Assembléia aprova orçamento de 2006 – página 9

Usuário de saúde mental ainda sem vale transporte social –
página 15

Seminário discute papel dos psicólogos no sistema prisional –
página 20

Palavras em tempos de crises

Em tempos de crises políticas, o que é produzido mais intensamente é o desinteresse pelas práticas políticas. Entende-se tal reação até como uma defesa frente à crueldade devastadora às vezes produzida pelas máquinas – e maquinações – institucionais (leia-se qualquer instituição: mídia, CPIs etc). A palavra descrença, então, toma vastas proporções. No entanto, o que mais se difere da política é qualquer tipo de crença: política não é crença, não se trata de uma questão de fé.

Importa, então, reconhecer que em todos os momentos estamos fazendo política. Mesmo quando negamos este fato, continuamos fazendo política e outros continuarão fazendo... e tudo isso estará rigorosamente presentificado em nossas ações, inclusive nos fatos lingüísticos, que constituem também parte das práticas sociais.

Um certo discurso tecnicista-normativo-burocrático-disciplinar tem grassado nos territórios profissionais e se mostrado empobrecedor e encobridor das políticas nele embutidas.

Nós, psicólogos e demais trabalhadores, tendemos a buscar ferramentas teóricas – e técnicas – para realizar nossos trabalhos; entretanto, a ferramenta política estará sempre sendo acionada por nós, saibamos ou não, manifestamente ou não.

Urge tentarmos acompanhar o que se passa no mundo e suas instituições: os mecanismos de controle, de produção de invisibilidade, de opressão, de autoritarismo, de negação, de autopromoção, onde quer e quando se manifestem. E isto está longe de ser tão óbvio a ponto de rotularmos os outros de mocinhos ou bandidos, heróis ou vilões, ou ainda, “todos são isso ou aquilo”.

Uma radical transformação democrática seria necessária enquanto projeto relevante em todas as práticas e instituições. Nesta, não caberiam moralismos, nem

hipocrisias...

Uma crise política pode (ou não: depende de como a percebemos) apontar para um caminho onde se poderá vislumbrar a possibilidade de reinventar aquilo que tantas vezes é reproduzido: os ritos, os “vícios”, o conservadorismo, os “deixa-prá-lá” – o pão amargo de cada dia.

Fazer psicologia – nossa seara – implica, segundo esse entendimento, ousar, reagir e rever sempre o que fazemos e dizemos.

Para tal, ouvir a palavra – criticamente – do filósofo, do artista, do político, do ecologista, do escritor, do antropólogo, do cientista social, do poeta, do cineasta, das vozes da “rua”, dos movimentos sociais e outros, que deve ser componente básico de nossa formação permanente.

Assim como dialogar, agrupar-se, conversar, cultivar amizades – o que Hanna Arendt aponta como o propósito de se deixar afetar e afetar o outro do ponto de vista da transformação – são também movimentos para enfrentar tempos de crises.

Mais do que isso, são prioridades na contínua construção de nossas vidas. Acompanhadas de palavras que expressem, assim como canta Chico Buarque de Hollanda, a palavra viva:

*“(...) Palavra viva
Palavra com temperatura, palavra
Que se produz
Muda
Feita de luz mais do que vento, palavra.”*

*“(...) Palavra boa
Não de fazer literatura, palavra
Mas de habitar
Fundo
O coração do pensamento, palavra.”*

Cartas

Solicito ao CRP-RJ que informe aos profissionais que tiverem suas carteiras roubadas a necessidade de procurar o órgão SPC – setor de alerta de documentos roubados – para ratificar e se resguardar de futuras utilizações para compras indevidas ou créditos falsos. Esse fato ocorreu comigo e minha carteira, primeira via, foi utilizada indevidamente. Hoje possuo um documento - alerta - que notifica a qualquer lojista do roubo dos meus documentos. Só posso fazer qualquer compra com esse

documento, o que impede a outro(s) a utilização indevida dos meus documentos.

Essa informação não é passada no ato da ocorrência policial e nos causa danos e aborrecimentos desnecessários.

Atenciosamente, no intuito de colaborar,
Maria de Fátima Gonçalves Nucci
CRP-05/7751

Erramos

● Ratificação: no nosso número anterior, na matéria sobre o Dia de Luta Antimanicomial demos uma informação incorreta. A afirmação correta é a seguinte: as atividades realizadas no Largo do Machado pelo Dia de Luta Antimanicomial foram organizadas pelo Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial e outras entidades, com o apoio do CRP-RJ.

● Na matéria sobre os 43 anos da regulamentação da profissão do psicólogo, as informações corretas são: Wundt era fisiologista. Wacław Radecki era psicólogo, formado pela Universidade de Varsóvia. Em 1932 criou o “Instituto

de Psicologia”, uma seção do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, que tinha como finalidade a criação de um curso de formação de “psicólogos profissionais”. Por pressões e falta de recursos, o instituto foi extinto. Radecki e Mira y López não foram contemporâneos, existe pelo menos uma distância de 20 anos entre os seus trabalhos. Essa matéria refere-se à história da psicologia no Rio de Janeiro. (Fonte: JACÓ-VILELA, A. Psicologia: um saber sem memória? In: JACÓ-VILELA, et al. *CLIO-PSYCHE - Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 1999.)

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP/RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280 Tel/
Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - *Presidente* - CRP 05/980
Marília Alvares Lessa - *Vice-presidente* - CRP 05/1773
Maria Christina Magalhães Orrico - *Secretária* - CRP 05/927
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - *Tesoureiro* - CRP 05/26077

Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697
Alexandre Bárbara Soares - CRP 05/27167
Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465
Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780
Fabiana Castelo Valadares - CRP 05/28553
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346
Maria Beatriz Sá Leitão - CRP 05/3862
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474
Carla Silva Barbosa - CRP 05/29635
Cynthia Maria da Costa Losada - CRP 05/16800
Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455
Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833
Nélio Zuccaro - CRP 05/1638
Paula Rebelo Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924
Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630
Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287
Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117
Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410
Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos
Alexandre Bárbara Soares
Carla Silva Barbosa
Cecília Maria Bouças Coimbra
Maria Beatriz Sá Leitão

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Liza Albuquerque
Camila Ribeiro (estagiária)
Juliana Paixão (estagiária)

Charges

Carlos Senna

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Ediouro Gráfica e Editora S/A

Tiragem

26.000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

As cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

CRP-RJ visita Clínica Amendoeiras



O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) realizou no dia 27 de julho uma visita à Clínica Amendoeiras com o objetivo de averiguar denúncias apresentadas na reportagem do jornal O Globo de 23 de junho “Maus Tratos em Clínica Psiquiátrica”.

O grupo que foi à Clínica Amendoeiras era formado por membros das Comissões Regionais de Direitos Humanos (CRDH), de Saúde e de Fiscalização (COF) do CRP-RJ, e representantes do Movimento da Luta Antimanicomial e da Sociedade de Serviços Gerais para a Integração Social Pelo Trabalho (Sosintra).

A finalidade da visita foi, entre outras, acompanhar a situação dos diversos profissionais de saúde da Clínica. “A nossa função durante a visita foi de acompanhamento, observação, orientação

e fiscalização”, disse Maria Beatriz Sá Leitão, coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) do CRP-RJ.

Alguns problemas foram apontados pelo grupo durante a visita. Apesar do dia frio, havia poucos cobertores disponíveis e muitas camas não tinham lençol. Além disso, alguns banheiros não tinham toalhas nem papel higiênico. Verificou-se que não há condições de trabalho adequadas em setores da instituição. Entretanto, a Clínica mantém-se estruturalmente como nos moldes tradicionais, com tentativas de mudanças na abordagem terapêutica dos internos, o que reforça a necessidade de capacitação permanente dos funcionários.

A Clínica Amendoeiras, localizada em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, é uma instituição parti-

cular conveniada à Secretaria Estadual de Saúde. A maior parte de seus profissionais é contratada.

Os problemas da Amendoeiras remetem para a preocupante questão das políticas públicas e espelham os graves problemas encontrados na maioria dos hospitais públicos e conveniados.

Alerj aprova contratação temporária sem concurso

Em mais uma demonstração de descaso com a qualidade do trabalho nas secretarias do Estado, os deputados estaduais aprovaram, por 39 votos a 22, o projeto de lei da governadora Rosinha Matheus que amplia de um para três anos a contratação temporária, em caráter emergencial – sem necessidade de concurso público – nas áreas de educação, saúde, sistema penitenciário e assistência à infância e à juventude.

Parlamentares contrários ao projeto de lei tentaram uma manobra para impedir a votação e alguns chegaram a sair do plenário. No entanto, houve quórum e a oposição foi derrotada. O deputado Paulo Pinheiro (sem partido), que votou contra, acredita que a lei determina o fim do servidor público. Já para os governistas, a lei facilita o funcionamento da administração pública, o que não é um argumento sólido. Os usuários continuarão sendo inadequadamente atendidos.

CRP-RJ de portas abertas na comemoração do Dia do Psicólogo

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) abriu suas portas no dia 27 de agosto para comemorar o Dia do Psicólogo. Palestras, peça teatral e exposições marcaram o evento que durou o dia inteiro e terminou no início da noite com uma apresentação musical.

O evento, chamado “CRP-RJ de Portas Abertas”, começou com o vídeo do CFP sobre o lançamento do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, que tem como objetivo fortalecer a presença dos psicólogos nas políticas públicas do país.

Em seguida, o presidente do CRP-RJ, José Novaes, abriu a mesa-redonda “Um Ano de Gestão: As Políticas de Nossas Práticas” ao lembrar que a Plenária atual foi eleita exatamente há um ano. “A reorganização e o saneamento do CRP-RJ já estão sendo concluídos”, garantiu Novaes. O presidente do CRP-RJ assegurou que as irregularidades administrativas, financeiras e éticas encontradas estão sendo corrigidas. A secretária Christina Orrico, o

tesoureiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e os conselheiros Maria Beatriz Sá Leitão, Marília Lessa e Nélío Zuccaro também participaram da mesa de abertura.

Em seguida, a psicóloga Cláudia Tallemberg, a professora Ivanete Castelo Branco e a pedagoga Nilza de Oliveira Ribeiro apresentaram no auditório do CRP-RJ o trabalho realizado em oficinas do CAPS Rubens Corrêa, em Irajá. A oficina pedagógica promovida por Nilza e Ivanete busca a reconstrução social do sujeito. “Alguns clientes mais antigos adquirem uma certa autonomia e começam a utilizar o que aprenderam em um outro espaço”, disse Nilza. Já Cláudia trabalha com a produção de objetos artísticos a partir de sucata e terminou a palestra convidando os psicólogos presentes a participar de uma oficina realizada no próprio auditório do CRP-RJ.

Várias entidades foram convidadas para expor seus trabalhos no Espaço Alternativo do CRP-RJ de Portas Abertas, localizado na garagem do prédio. Participaram como expositores o Centro de Reabilitação e Integração Social (Cris) do IMS Ju-



liano Moreira, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Zona Oeste com seu grupo de Geração de Renda e Bijuteria, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ), a Livraria Universo Psi, as Oficinas Geradoras de Renda do CAPS Rubens Corrêa, o Papel Pinel e alunos de graduação que apresentaram pôsteres dos Serviços de Psicologia Aplicada de Universidades do Rio de Janeiro. “Achei muito interessante conhecer esse espaço. Não imaginei que o Conselho pudesse ter esse tipo de abertura”, disse a estudante de psicologia Elza Moutinho.



Novo código de ética entrou em vigor em 27 de agosto

Entrou em vigor, no dia 27 de agosto, o novo Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado pela resolução 10/2005 do CFP. O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) distribuiu o novo código de ética aos psicólogos presentes nas comemorações pelo Dia do Psicólogo. Os demais psicólogos receberão o novo código de ética encartado no próximo jornal do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

O texto final do Código de Ética é fruto de um trabalho de construção democrática inicia-

do durante a XII Plenária do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A primeira tarefa foi formar um grupo de profissionais e professores convidados que ficou responsável por traduzir os debates nacionais do II Fórum Nacional de Ética.

Durante a gestão da XIII Plenária, os resultados desse trabalho foram submetidos, em maio, à aprovação da Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF), onde foi finalizado o texto.

A programação da tarde começou com a palestra da psicóloga da USP Adriana Marcondes Machado sobre educação inclusiva. Autora do livro “Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva – Direitos Humanos na Escola”, Adriana acredita que a engrenagem da escola não abre espaço para reflexão. “Precisamos combater a produção da exclusão fazendo uma análise crítica do problema e não pensando que os excluídos são uma exceção”, disse Adriana.

O grupo de teatro Pirei na Cena apresentou a peça “É melhor prevenir que remédio dar” à tarde no Espaço Alternativo. Graças à interação com pessoas da platéia, a peça promoveu reflexão sobre a rotina de trabalho dos profissionais e das clínicas que tratam de deficientes mentais.

No final da tarde, Maricy Beda Siqueira dos Santos e Heloneida Ferreira Neri apresentaram o painel “A gestação no cárcere: uma proposta de intervenção”. As psicólogas falaram do trabalho que é feito com as grávidas da Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu. “Todos os medos que as grávidas normalmente sentem são acrescidos pela situação de confinamento”, disse Heloneida ao explicar a natureza complexa do atendimento realizado às grávidas.

Em seguida, a chefe do Serviço de Reabilitação Psicossocial do Instituto Philippe Pinel, Erínia Belchior, a usuária e bolsista da TV Pinel Bárbara Dias e Patrícia da Glória, do Serviço de Intervenção Cultural, apresentaram um vídeo produzido pelos usuários de saúde mental que participam



da TV Pinel. No Instituto, os usuários, em conjunto com uma equipe de funcionários, concebem e realizam um trabalho coletivo de produção de vídeos através de metodologias de trabalho participativo, fruto das experiências das TVs Comunitárias. A proposta é usar a linguagem audiovisual para mudar a imagem da loucura. “O meu trabalho na TV Pinel foi a forma que encontrei de colocar a criatividade que eu tenho a serviço dos meus colegas”, disse Bárbara.

A mesa de encerramento das comemorações do Dia do Psicólogo CRP-RJ foi o quarto encontro do Trocando em Miúdos: “Pensando o Trabalho, Gestão e Políticas Públicas”. Participaram do debate as psicólogas Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves (Uff), Neide Regina Sampaio Ruffeil (Uerj) e Regina Duarte Benevides de Barros (Uff).

As atividades do “CRP-RJ de Portas Abertas” terminaram com a apresentação musical de Tereza Pineschi e seu conjunto.



CRP-RJ presente em outras comemorações

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) também esteve presente em outras comemorações do Dia do Psicólogo de outros Conselhos Regionais.

Em Belo Horizonte, a conselheira Márcia Badaró participou da mesa redonda “Sistema Prisional: subjetividades aprisionadas”, promovida pelo CRP-MG no dia 26 de agosto. Nesse mesmo dia, a conselheira Cecília Coimbra participou da mesa “O papel do psicólogo e a posição política da psicologia na contemporaneidade”.

Em Campinas, Cecília também esteve presente na conferência “O exercício profissional na atualidade”, promovida pelo CRP-SP.



O que foi feito...

*O que foi feito amigo
De tudo que a gente sonhou
O que foi feito da vida
O que foi feito do amor
Quisera encontrar
Aquele verso menino
Que escrevi há tantos anos atrás
Falo assim sem saudade
Falo assim por saber
Se muito vale o já feito mais vale o que será
E que foi feito
É preciso conhecer
Para melhor prosseguir
Falo assim sem tristeza
Falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
Que nós iremos crescer
Outros outubros virão
Outras manhãs plenas de sol e de luz*

O QUE FOI FEITO DEVERÁ
(Milton Nascimento - Fernando Brant)

Não começamos a escrever o verso menino há tanto tempo atrás: fazem apenas dois anos e meio que o CRP-RJ começou a empreender novos rumos. Mas foi um tempo pleno, não o tempo vazio de que nos fala, criticamente, W. Benjamin em suas teses sobre a história. Pleno de acontecimentos e realizações, no desafio que começamos a enfrentar, em março de 2003, quando o CFP nomeou uma Comissão Gestora para dirigir o CRP-RJ.

Estamos agora, em setembro de 2005, marcando um ano de gestão do XI Plenário, no caminho da reorganização e saneamento de nossa autarquia. Nossa: dos psicólogos e psicólogas do Rio de Janeiro, enquanto categoria profissional. Diriam alguns que é sonho, ou mais que sonho,



utopia: nunca teremos todos os (as) psicólogos (as) do Rio de Janeiro, conectados, comparecendo a eventos, procurando o Conselho, colaborando com a gestão. Pode-se argumentar que não se trata apenas de presença ou proximidade física; no entanto, esta tese é correta, concordamos com ela. Permitam-nos apenas, a parábola de Eduardo Galeano: “Ela está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.” Vamos manter nossa pequena e modesta utopia no horizonte, e caminhar.

Voltando à canção: “E o que foi feito / É preciso conhecer / Para melhor prosseguir”; nesse primeiro ano, começamos a implementar nossa plataforma, consubstanciada nos compromissos que assumimos diante da categoria no processo

eleitoral. Resgatemos alguns deles, para conhecer o que foi feito, e prosseguir melhor.

- “Participar ativamente na construção de políticas públicas cidadãs e nos fóruns regionais e nacionais que proponham melhores condições de vida, saúde, educação, justiça e trabalho para a população brasileira...”. O Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRs) acaba de lançar o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, em 27 de agosto. O centro terá como objetivo recolher, organizar, armazenar e distribuir informações sobre iniciativas de criação e implementação de políticas públicas, com programas de atendimento psicológico à população, em todas as instâncias - União, Estados, Municípios - orientando psicólogos (as) e organizações psicológicas sobre como fazê-lo.

- “Promover debates em torno da afirmação do Código de Ética Profissional do Psicólogo.”

Os (as) psicólogos (as) brasileiros (as) têm um novo código, vigente a partir de 27 de agosto. Cabe às Comissões de Orientação e Ética (COEs) dos regionais divulgá-lo, e discutir com a categoria sua aplicação. Além desta atividade, a COE do CRP-RJ está desenvolvendo várias outras, buscando superar a situação de estagnação encontrada em março de 2003, com representações e processos parados, o que levou à prescrição de vários deles.

- “Dar transparência aos procedimentos administrativos, financeiros e ações implementadas pela gestão, através dos meios de comunicação do CRP”, e “recuperar a produção de um periódico informativo e manter o portal atualizado”: nosso jornal adquiriu um novo formato, mais atraente e ágil, fácil de ser lido; nele estamos publicando o balanço contábil-financeiro trimestral - pois esta é sua periodicidade - da Tesouraria. Além disso, os procedimentos administrativos, na continuação do trabalho de reorganização do CRP-RJ iniciado pela Comissão Gestora, assim como as ações que empreendemos, são noticiados à categoria.

- “Resgatar a Comissão Regional de Direitos Humanos e promover campanhas sobre o tema...” Um dos primeiros atos do XI Plenário foi criar esta comissão, fio condutor de nossas propostas, que vem atuando na promoção de eventos, como o “Trocando em Miúdos”, com quatro encontros já feitos. Em 21 e 22 de outubro de 2005, realiza-se o I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos do CRP-RJ; maiores informações no portal do CRP-RJ. A Comissão também tem estado presente em diversos encontros, seminários e congressos, além de estar à disposição permanente para questões relacionadas às práticas psicológicas e aos direitos humanos.

- “Criar espaços de debate sobre a formação do psicólogo”. Nenhum órgão do Sistema Conselhos de Psicologia é agência de formação, e sobre elas - cursos de Psicologia de instituições

públicas ou particulares - não temos ingerência ou poder de interferência. No entanto, os (as) profissionais que orientamos e fiscalizamos são por elas formados, e é de nosso interesse ampliar e estreitar os canais de comunicação e os laços com estas instituições, a fim de estabelecer um diálogo produtivo e enriquecedor para ambas as partes. Neste sentido, desde julho de 2004, o CRP-RJ faz reuniões mensais com coordenadores de cursos de Psicologia, reuniões que têm se realizado com número crescente de participantes, discutindo a implementação das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Psicologia. Também criamos um grupo de trabalho reunindo professores de disciplinas de Métodos e Técnicas de Psicologia, que debatem e aprofundam questões relativas aos métodos e técnicas de uso privativo do (a) psicólogo (a), entre outras.

- “Participar, ativamente, de movimentos sociais vinculados ao processo de transformação social e ao exercício da cidadania...”. Através de suas comissões, como a de Direitos Humanos e a de Saúde, recentemente criada, o CRP-RJ participa de movimentos sociais que buscam conseguir e/ou ampliar direitos de grupos sociais discriminados, perseguidos, oprimidos. O Movimento de Luta Antimanicomial, pela democratização nas comunicações, pela defesa da escola pública e gratuita, o apoio e defesa de minorias que sofrem de preconceito, discriminação e opressão, como os movimentos e grupos de pessoas de orientação sexual homossexual, são alguns dos espaços onde o CRP-RJ atua.

Cremos que, com este breve resumo do que fizemos em um ano de gestão, em alguns pontos mais importantes que destacamos, podemos terminar afirmando, como na canção: “Se muito vale o já feito, mais vale o que virá”.

José Novaes

Conselheiro-Presidente do CRP-RJ

Reunião Plenária escolhe nova Diretoria Executiva do CRP-RJ

Mudanças estão previstas na legislação

No dia 18 de setembro, foi escolhida a nova diretoria executiva do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). O presidente José Novaes, a secretária Christina Orrico e o tesoureiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho foram reconduzidos aos seus cargos. Na vice-presidência, a conselheira Cecília Coimbra foi substituída pela conselheira Marília Álvares Lessa. Cecília Coimbra permanecerá na Comissão Editorial e na Comissão Regional de Direitos Humanos.

As mudanças realizadas durante a 284ª reunião plenária estão previstas no artigo 39 do Decreto Lei 79.822, que regulamenta a Lei 5.766, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Algumas comissões do CRP-RJ também sofreram modificações. Na Comissão de Orientação e Ética (COE), a conselheira Ana Lúcia de Lemos Furtado substituirá a conselheira Fabiana Castelo Valadares. Na Coordenadoria Técnica (Cotec), a conselheira Rosilene Souza Gomes de Cerqueira assumiu a coordenação no lugar da Conselheira Marília Álvares Lessa.

Fórum de Debates sobre o Título de Especialista

Novembro/2005

Apresentação dos resultados da pesquisa
junto à categoria sobre o impacto
do título de especialista.

Outras informações no site
www.crprrj.org.br ou nos telefones
2139-5438 e 2139-5427

Grupo de diretrizes curriculares em parceria com GT de Ética

Criado há mais de um ano, o grupo de Diretrizes Curriculares continua a se encontrar periodicamente na sede do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). O grupo, formado por professores e coordenadores de cursos de graduação de Psicologia, reuniu-se no dia 12 de agosto e, nessa data, tomou conhecimento do projeto do Grupo de Trabalho de Ética, que está conduzindo uma pesquisa para refletir a ética na formação do psicólogo.

Os professores e coordenadores presentes se prontificaram a colaborar com o GT de Ética em sua pesquisa (veja matéria ao lado). “A formação do profissional começa no curso de graduação, por isso é

importante saber a natureza das discussões éticas que se fazem na graduação”, disse o psicólogo Marcelo Santana, que faz parte do GT de Ética.

O grupo de Diretrizes Curriculares foi criado em julho de 2004, três meses após a homologação das novas diretrizes. O grupo passou a se reunir mensalmente para proporcionar um debate amplo sobre a nova proposta das diretrizes, refletindo sobre as questões que mais geravam dúvidas, entre elas a criação de ênfases. “A mudança no contexto curricular aproximou os coordenadores dos cursos e o CRP-RJ, instâncias historicamente incomunicáveis”, disse o tesoureiro do CRP-RJ Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.



Saiba mais sobre a criação das novas diretrizes curriculares

Em 1992, após consecutivas discussões coordenadas pelos Conselhos Regionais de Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu um encontro nacional com gestores de cursos de Psicologia de todo país em Serra Negra (SP). Cerca de 90% dos cursos fizeram-se representar no encontro que aprovou as “Diretrizes Gerais para a Formação em Psicologia”. A partir daí, iniciaram-se as discussões para a análise dos princípios norteadores para a formação dos psicólogos brasileiros.

Em dezembro de 1999, a Comissão de Especialistas de Ensino da Psicologia apresentou ao MEC o projeto das Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia. Esse pro-

jeto foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, que elaborou o parecer CES/CNE 1314/2001.

Com base em discussões e sugestões apresentadas por diversas entidades, um novo parecer foi criado, CES/CNE 072/2002, o que resultou em uma nova comissão para discussão das diretrizes curriculares nos cursos de Psicologia.

Uma das principais modificações no contexto da formação do psicólogo contida no projeto é a criação de um núcleo comum, definido como um conjunto de competências básicas e de ênfases curriculares, um conjunto delimitado de competências e habilidades que seriam oportunidades de concen-

tração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia. “Cada instituição poderá organizar em seu curso sub-conjuntos de competências e habilidades, articuladas ao redor de seus eixos estruturantes, definindo ênfases em que se concentrarão estágios, estudos e atividades”, disse Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.

Segundo o tesoureiro do CRP-RJ, cada curso poderá definir e criar outras ênfases atendendo a abrangência da área e as inúmeras possibilidades de avanço do conhecimento psicológico, as quais não devem constituir especializações, uma vez que a formação da Psicologia é abrangente, pluralista e generalista.

Grupo de trabalho debate ética

O grupo de trabalho “Ética na Formação do Psicólogo: Questões Contemporâneas”, aprovado em Plenária no dia 18 de maio, já começa a dar seus primeiros passos. Formado pelos psicólogos Marcelo Santana, Alessandra Daflon, Nádia Filomena, Eliete Gomes, Naira Sampaio e a estudante de psicologia Maria Aparecida dos Santos, como colaboradora, o GT propõe um estudo sobre a relevância das questões éticas na formação do psicólogo. O resultado desse trabalho deverá ser apresentado no início do ano que vem.

A primeira fase do grupo de trabalho de ética foi a criação de um protocolo de pesquisa para a coleta de informações junto aos professores de ética, alunos e coordenadores de curso de Psicologia no Estado do Rio de Janeiro. Nessa etapa de discussões, o grupo percebeu que havia uma distância enorme entre a ética e a prática do psicólogo. “O Código de Ética em geral é visto como um manual de regras a serem seguidas pela categoria. Mas isso não é ética, é moral”, disse Nádia. Para a psicóloga, existe uma grande diferença entre agir eticamente e obedecer regras pré-determinadas. “O Código de Ética não pode ser um objeto distante e sim um instrumento de reflexão da prática do psicólogo”.

A proposta do GT foi apresentada a alguns coordenadores de curso de Psicologia durante o encontro do grupo de Diretrizes Curriculares do mês de agosto. Todos mostraram-se dispostos a participar da pesquisa.

As visitas às coordenações dos cursos de Psicologia de todo o estado do Rio de Janeiro já começaram. Seu objetivo é saber como a temática da ética é abordada nos cursos de graduação. Tanto as faculdades públicas quanto as privadas participarão dessa coleta de dados. “É importante ressaltar que realizamos as visitas como pesquisadores e não como fiscalizadores”, disse a conselheira Alessandra Daflon.

Em seguida, as informações recolhidas serão analisadas e divulgadas em eventos no início do ano que vem, provavelmente em palestras e seminários nos cursos de graduação e no CRP-RJ.

Assembléia aprova orçamento de 2006



A XI Plenária discutiu e aprovou seu orçamento para 2006 no dia 29 de setembro durante a Assembléia Orçamentária. Depois da realização minuciosa de um planejamento estratégico nos dias 20 e 21 de agosto, conselheiros e psicólogos organizaram o primeiro orçamento construído por essa gestão.

Durante a Assembléia Orçamentária, o tesoureiro do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) Pedro Paulo Gastalho de

Bicalho apresentou aos psicólogos uma proposta de orçamento para ser revisto e discutido por todos. “A Assembléia Orçamentária é o momento em que o orçamento do ano que vem é homologado pela categoria em assembléia pública”, disse o tesoureiro.

A proposta de orçamento apresentada durante a Assembléia Orçamentária foi elaborada nos dias 20 e 21 de agosto em um seminário de trabalho na própria sede do CRP-RJ. Conduzido pelo administrador Luiz Antonio Poletto (foto), consultor externo contratado pelo Conselho, o Seminário de Planejamento Estratégico teve como objetivo a elaboração de projetos de ação para este ano e 2006.

Uma segunda etapa do seminário foi realizada no dia 7 de setembro, concluindo os trabalhos iniciados em agosto. O CRP-RJ tem até o dia 5 de novembro para enviar o orçamento de 2006 ao CFP.

Notas Cof.

■ Por não serem reconhecidas pelo CFP, não devem ser vinculadas ao exercício profissional nem ao título de psicólogo as seguintes práticas: grafologia, numerologia, tarologia, quiromancia, cromoterapia, florais, terapia energética, terapia de vidas passadas, terapia dos chacras, terapia dos mantras, cristaloterapia, astrologia, psicoterapia esotérica, psicoterapia espiritual, terapia de meditação, reike, iridologia, realinhamento da energia de chacras com cristais, psicoterapia do corpo astral e trabalho respiratório monâmico. Sua utilização vinculada à prática psicológica constitui infração ética, salvo os casos em que tais práticas sejam enquadradas como processo de pesquisa, observando a legislação vigente.

■ O Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou integralmente a prestação de contas do

exercício de 2004 do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), em reunião plenária no dia 6 de maio.

■ Quem exerce a profissão de psicólogo precisa estar em dia com o Conselho. Além de uma exigência profissional, somente os que estiverem inscritos e regularizados com o CRP podem participar de concurso público para psicólogo, já que este vínculo é solicitado na hora da inscrição.

■ É importante para o CRP-RJ ter os dados de seus inscritos atualizados. Caso alguém tenha alterado seu endereço, telefone ou e-mail deverá entrar em contato conosco através do site www.crpjrj.org.br. Nossa página é também um espaço para sugestões de ações, reivindicações e para obter informações sobre o CRP-RJ.

CRP-RJ promove I Seminário Regional



Nos dias 21 e 22 de outubro o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) realizará o I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos, que contará com diversos convidados, dentre eles Hebe de Bonafini e Maria de las Mercedes de Merono do Movimento Madres de Plaza de Mayo (Argentina), Vera Flores das Mães de Acari e Mônica S. Cunha das Mães do Degase. O evento é destinado a psicólogos, estudantes de psicologia e profissionais interessados na temática dos direitos humanos.

A realização do Seminário expressa a política da gestão da XI Plenária, pautada pelos direitos humanos. Para colocar essa política em prática, a gestão atual criou a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), composta por conselheiros e psicólogos convidados.

“A Comissão é um dos braços da política de psicologia e direitos humanos adotada por essa Plenária”, disse Maria Beatriz Sá Leitão,

conselheira e coordenadora da CRDH.

A Comissão Regional de Direitos Humanos também realiza um evento mensal chamado “Trocando em Miúdos”, que permite discutir diferentes temas que pensam a conexão psicologia/direitos humanos. O último “Trocando em Miúdos” foi a mesa de encerramento das comemorações do Dia do Psicólogo do CRP-RJ, ocorrida em 27 de agosto.

Veja ao lado a programação completa do I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos, cujas inscrições foram abertas a partir de 1 de setembro (anunciadas no número anterior de nosso jornal) e já estão encerradas.

O CRP-RJ manifesta a sua satisfação com a grande procura para inscrições e convida a todos os colegas a acompanharem pelo site do CRP-RJ a programação completa de suas atividades.



A Luta das Madres de Plaza de Mayo



Há 28 anos, senhoras aparentemente indefesas transformaram a Praça de Maio em Buenos Aires em um centro de resistência ao autoritarismo ao criar um movimento para buscar informações sobre o desaparecimento de seus filhos durante a ditadura militar. Desde então, toda quinta-feira elas se reúnem na praça em frente à Casa Rosada para reivindicar o paradeiro de mais de 30 mil desaparecidos.

Tudo começou em 30 de abril de 1977,

quando 14 mães de jovens desaparecidos foram à Praça de Maio com uma carta destinada aos ditadores da Junta Militar. Em plena ditadura militar argentina, esse grupo de mães tentava saber informações sobre seus filhos junto à Casa Rosada, à Polícia Federal, às embaixadas, à Igreja e outras entidades. Muitas delas foram seqüestradas e assassinadas em função dessa luta.

As mães sempre procuraram formas criativas para difundir o movimento: pregavam

Journal de Psicologia e Direitos Humanos



Programação

Primeiro Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos - CRP-RJ

Dias 21 e 22 de outubro de 2005

Local: Auditório do Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC)
Rua Visconde Silva, 52, Botafogo – Rio de Janeiro

● 21 de outubro, sexta-feira

18:30h

A Gestão do CRP-RJ / Apresentação do Seminário

José Novaes (presidente do CRP-RJ / UFF)

Maria Beatriz Sá Leitão (coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ / GTNM-RJ)

19h

Mesa de Abertura: Direitos Humanos na América Latina

Hebe de Bonafini (Madres de Plaza de Mayo)

Maria de las Mercedes de Merono (Madres de Plaza de Mayo)

Vera Flores (Mães de Acari)

Mônica S. Cunha (Mães do Degase)

Coordenação: Cecília M. Bouças Coimbra (CRP-RJ / ex-presidente da Comissão Federal de Direitos Humanos do CFP / UFF / GTNM-RJ)

● 22 de outubro, sábado

9:30h

Direitos Humanos, Neoliberalismo e Práticas Políticas no Cotidiano

Sérgio Verani (Desembargador do Tribunal de Justiça)

Heliana Conde Rodrigues (Uerj)

Auterives Maciel Júnior (UFF)

Coordenação: Esther Arantes (presidente da Comissão de Direitos Humanos do CFP / Uerj)

12h

Intervalo

13:30h

Apresentação dos Grupos “Cala Boca Já Morreu” e “Harmonia Enlouquece”

Coordenação: Cláudia Tallemberg (Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ / CAPS Rubens Corrêa)

14:30h

Direitos Humanos e Práticas Institucionais

Antonio Lancetti (Comissão Editorial da Coleção “Saúde e Loucura” da Editora Hucitec)

Luiz Antônio dos Santos Baptista (UFF)

José Ribamar Bessa (Programa de Povos Indígenas/Uerj)

Oswaldo Saidon (Psicanalista e Analista Institucional)

Coordenação: Suyanna Linhares Barker (Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ / Uerj)

silhuetas pelas paredes da cidade, representando seus filhos desaparecidos, e escreviam “tenho um filho desaparecido” em cédulas de dinheiro.

Hebe de Bonafini é presidente do grupo que deu início ao Movimento das Madres de Plaza de Mayo. Tinha uma vida pacata até 1977, ano em que seus filhos Jorge (26 anos) e Raul (23 anos) e uma nora desapareceram nos porões da ditadura na Argentina. Maria de las Mercedes de Merono é a vice-presidente do movimento.



Conselhinho discute exercício profissional

O Colegiado dos Conselhos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, o Conselhinho, realizou, no dia 9 de agosto, uma mesa redonda intitulada “Fiscalizar: O que e Como?”, para discutir sobre as leis e o sistema de fiscalização dos Conselhos sobre o exercício profissional.

O evento aconteceu no auditório do Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) e contou com a participação de Samuel Lischinsky do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA/RJ), Arlete Saddi do Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região (CRN-4), Carlos Roberto Pinto Pereira do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região (CREFITO-2) e Valci de Souza do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro

(COREN-RJ).

A mesa teve a coordenação de Sandra Pacheco, do CREFITO-2, que abriu o encontro. Os debatedores, que trabalham no setor de acompanhamento, orientação e fiscalização de seus respectivos Conselhos, contaram um pouco de suas experiências e como vêm atuando para orientar o profissional a fim de prevenir irregularidades técnicas e éticas e garantir o melhor no exercício da profissão.

De acordo com os participantes, a grande questão é preparar o fiscal para que ele não seja um repressor, mas um orientador.

Para isso, os Conselhos vêm investindo na qualificação de seus profissionais e pretendem aumentar o seu quadro de funcionários, mas dependem de um novo concurso público.



Especialista: do que se trata?

A terminologia “especialista”, referente ao título concedido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem causado polêmica entre os psicólogos do Rio de Janeiro, pois alguns profissionais confundem a titulação acadêmica e o exercício da docência com o referido título.

A resolução 014/00 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que instituiu o título de especialista, teve como fundamento a lei 5.766/71, que estabelece a inscrição do profissional nas qualidades de psicólogo e psicólogo especialista. As plenárias dos IV e V Congressos Nacionais de Psicologia realizados em 2001 e 2004, respectivamente, ratificaram a resolução com o objetivo de valorizar a experiência dos psicólogos que atuam em determinadas áreas da psicologia, tornando-os assim *especialistas*. Portanto, o título con-

cedido pelo CFP não é baseado em titulações acadêmicas ou de docência. As instituições formadoras de pós-graduação já emitem seus certificados com a titulação específica.

Entretanto, o título de especialista concedido pelo CFP não se rege pela mesma lógica hierárquica dos títulos concedidos pelos cursos de pós-graduação *latu* e *strictu sensu*. O objetivo do título de especialista é qualificar a experiência profissional, ainda que não acompanhada por titulação acadêmica. O termo “especialista” está presente em ambas as titulações, circunstância que tem sido fonte de equívocos por parte dos psicólogos.

A Comissão de Análise para Concessão do Título de Especialista (Cate) do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP/RJ)

realizou recentemente uma pesquisa, via e-mail, com a finalidade de avaliar o impacto do título junto à categoria. Os dados da pesquisa serão analisados e o seu resultado apresentado num fórum de debates, em novembro desse ano, para discussão e avaliação com a categoria. Desse encontro, a Cate elaborará um relatório com propostas dos psicólogos do Rio de Janeiro que será encaminhado ao CFP.

Cabe destacar que eventuais propostas de alteração das resoluções do CFP que tratam do título de especialista dependerão da participação dos psicólogos nos pré-Congressos Regionais de Psicologia (Corep), onde são elaboradas as teses a serem encaminhadas ao VI Congresso Nacional de Psicologia que ocorrerá em 2007.

CRP-RJ participa do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia

Nos dias 7 a 10 de setembro aconteceu na PUC-SP o V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP). A entidade criada em 1998 visa reunir professores, alunos e coordenadores de curso em torno do tema da formação. O Encontro reuniu cerca de 400 pessoas que debateram em diversas mesas redondas assuntos ligados à prática docente e de

supervisão, bem como temas e propostas de ações políticas para o fortalecimento de uma formação com compromisso social.

O conselheiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e a colaboradora Eliana Vianna, representantes do CRP-RJ, apresentaram suas contribuições na mesa-redonda “Ética e Supervisão: Interfaces entre a formação e o exer-

cício profissional”.

Ao final do Encontro foi empossada a nova diretoria eleita para o biênio 2005/2007 composta pelos seguintes psicólogos: Marcos Ferreira, de Santa Catarina, Francisco Vianna, de Minas Gerais, Julieta Quayle, de São Paulo, Eliana Vianna, do Rio de Janeiro, Aluizio de Brito, da Paraíba e Luiz Carlos Lima, de São Paulo.

Agenda

Outubro 2005

● VI Encontro Nacional do Movimento da Luta Antimanicomial

“Autonomia do movimento: Fortalecendo ideais, revendo práticas”

Data: 08 a 12 de outubro de 2005

Local: São Paulo

Informações: antimanicomial_sp@yahoo.com.br

● VI Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa

Data: 09 a 16 de outubro de 2005

Local: Canela - RS - Brasil

Site: <http://www.forumbrasileiroacp.com>

Telefone: (51) 30234118

● Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de Florianópolis

Data: 12 a 15 de outubro de 2005

Local: Centro de Convenções “Centro Sul” - Florianópolis - SC

Site: <http://www.lacanofloripa.com.br>

● XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Data: 14 a 16 de outubro de 2005

Local: Belo Horizonte – MG

Informações: secretaria@fndc.org.br

Site: www.fndc.org.br

● II Seminário Corpo, Gênero, Sexualidade: Problematizando Práticas Educativas e Culturais

Data: 24, 25, 26 de outubro

Prazo para inscrição de trabalhos: 12 a 30 de setembro

Telefone: 32336674

Informações: cnascimento@alternex.com.br

Novembro 2005

● IV Congresso Internacional - Saúde Mental e Direitos Humanos

Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo

Data: 10 a 13 de novembro de 2005.

Local: Buenos Aires - Argentina

Informações: congreso@madres.org

Telefone: (54 11) 4382.1055

● XX Congresso Brasileiro de Psicanálise Poder, Sofrimento Psíquico e Contemporaneidade

Data: 11 a 14 de novembro de 2005.

Local: Brasília, no Hotel Gran Bittar

Site: www.abp.org.br

● XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso)

“Múltiplos lugares de produção e ação da Psicologia Social”

Data: 11 a 15 de novembro de 2005

Local: Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

Site: <http://www.ufmg.br/abrapso/>

● VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Data: 21 a 25 de novembro de 2005

Local: Brasília - DF

Site: <http://www.mj.gov.br/sedh/conanda>

● II Conferência Internacional Sobre Humanização do Parto e Nascimento

Data: 30 de novembro a 3 de dezembro

Local: Rio de Janeiro

Site: <http://www.congressorehuna.org.br>

Informações: congresso@rehuna.org.br

CRP-RJ prestando contas

No dia 29 de setembro, foi realizada a Assembléia Geral Orçamentária na sede do Conselho. A Assembléia foi aberta a todos os psicólogos que quisessem discutir conosco o orçamento de 2006, além de conhecer a maneira pela qual tem sido

administrado o orçamento de 2005.

Neste número estamos publicando um balanço comparativo entre os períodos de janeiro a agosto de 2004 e 2005, destacando que houve aumento de 28% nas receitas e de 12% nas despe-

sas desta autarquia. Todo o detalhamento encontra-se disponível para consulta em nossa sede.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Conselheiro Tesoureiro – CRP 05/26077

Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região					
Balanço Patrimonial					
Em R\$					
REFERÊNCIAS:	Períodos		REFERÊNCIAS:	Períodos	
ATIVO	jan a ago/05	jan a ago/04	PASSIVO	jan a ago/05	jan a ago/04
Ativo Financeiro	2.869.865	2.691.883	Passivo Financeiro	51.781	66.294
Disponível	11.143	102.513	Contas a pagar	- 0 -	- 0 -
Disponível Vinculado	2.857.748	1.855.074	Consignações	8.232	7.714
Realizável	861	724.183	Credores da Entidade	3.061	2.346
Resultado Pendente	113	113	Entidades Públicas Credores	40.488	58.234
Ativo Permanente	2.167.521	1.366.234	Patrimônio (ARL) *	4.985.605	3.991.823
Bens Patrimoniais	1.445.004	1.366.234			
Créditos	722.517	- 0 -			
TOTAIS	5.037.386	4.058.117	TOTAIS	5.037.386	4.058.117
* ARL: Ativo Real Líquido					
Demonstrativo das Receitas e Despesas					
REFERÊNCIAS:	Períodos em Reais		(*) VARIAÇÕES		
	jan a ago/05	jan a ago/04	(R\$)	(%)	
Receitas					
Anuidades	3.177.647	3.190.920	-13.273	0	
Patrimonial	163.771	88.120	75.652	86	
Serviços	106.094	92.335	13.759	15	
Dívida Ativa	814.147	13.619	800.529	5878	
Diversas	80.095	17.229	62.866	365	
Total	4.341.754	3.402.222	939.532	28	
Despesas					
De Custeio	1.802.123	1.654.233	89.904	-32	
Pessoal e Obrig. Patronais	829.762	785.206	44.556	6	
Material de Consumo	40.641	35.809	4.833	13	
Serviços de Terc. P. Física	14.152	34.203	-20.051	-59	
Serviços de Terc. P. Jurídica	859.582	799.015	60.567	8	
Diversas Despesas de Custeio	57.986	200	57.786	28893	
Transferências ao CFP	1.058.696	834.647	224.048	27	
Investimentos	74.524	127.982	-53.458	-42	
Equipamentos e Materiais Permanentes	74.524	127.982	-53.458	-42	
Total	2.935.343	2.616.862	264.823	12	
Resultado = Receitas - Despesas:	1.406.411	785.360	674.709	79	
Representação Gráfica:					
Nota: Houve um incremento de 28% nas Receitas			Nota: Houve um incremento de 12% nas Despesas		

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2005

José Novaes
Presidente
CRP-05/980

Pedro Paulo G de O. Bicalho
Conselheiro - Tesoureiro
CRP-05/26.077

Jerônimo S. de O. Gomes
Contador
CRC-RJ 022.101/O-1

Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos

Nos dias 1, 2 e 3 de setembro, aconteceu em Brasília o VII Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, sob a coordenação da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Estiveram presentes representantes das Comissões Regionais de Direitos Humanos (CRDH) dos 16 Conselhos. O CRP-RJ foi representado pela conselheira e coordenadora da CRDH Maria Beatriz Sá Leitão, pela conselheira Ana Lúcia Furtado e pela psicóloga convidada Ana Carla Silva.

A mesa de abertura “Contextualização da Luta pelos Direitos Humanos no Brasil” contou com a presença do embaixador e secretário-geral das relações exteriores Samuel Pinheiro, do subsecretário de direitos humanos Mário Mamede, da subprocuradora geral da República Dra. Ela de Castilho, da presidente do CFP Ana Bock e da coordenadora da CNDH do CFP Fernanda Otoni.

As falas valorizaram e reconheceram a importância do profissional de psicologia no campo da justiça humana e social. “Queremos e precisamos de outro projeto para a profissão e ele passa pela questão dos Direitos Humanos. Esse outro

projeto que queremos é um projeto de uma profissão comprometida com as urgências da maioria de nossa população; queremos uma profissão acessível a todos que dela precisem”, disse Ana Bock.

A segunda mesa redonda do evento, “Produção de Subjetividade e Direitos Humanos”, teve a participação de Cecília Coimbra, conselheira do CRP-RJ e vice-presidente do GTNM, e José Bessa, coordenador do Programa dos Povos Indígenas. Cecília enfatizou a necessidade da prática da psicologia implicada com as questões políticas e os efeitos desta no cotidiano, devendo-se colocá-la permanentemente em análise. Já Bessa defendeu o direito lingüístico dos índios, a expressão dos seus idiomas, como algo intrínseco aos Direitos Humanos.

Ainda, neste Encontro, a CRDH do CRP-RJ teve a oportunidade de apresentar o seu Plano de Trabalho que tem como objetivo estabelecer a conexão entre práticas psicológicas e os direitos humanos e promover ações que mobilizem a participação ativa dos psicólogos nas práticas do CRP. Ficou definido ainda que a próxima campanha nacional do Sistema Conselhos será sobre as políticas de encarceramento.

New Orleans e o assassinato de Jean Charles em Londres

Em documentos elaborados durante o encontro em Brasília, as Comissões Regionais e a Comissão Nacional de Direitos Humanos manifestaram repúdio aos fatos recentes ocorridos nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Em New Orleans, o abandono e o descaso com a imensa população pobre da região afetada por um furacão, com terríveis conseqüências, demonstram o total descaso com a vida presente nas políticas que são exportadas para todo o mundo.

No caso do assassinato do jovem brasileiro Jean Charles em Londres, por autoridades policiais inglesas, a política bélica marcada pelo preconceito também se manifestou através do gesto emblemático da execução brutal sumária, acarretando apoio de parte da mídia e do governo daquele país, os quais, em nome do combate ao terrorismo, implementaram o terrorismo de Estado.

Os representantes das Comissões Regionais de Direitos Humanos e da Comissão Federal de Direitos Humanos do Sistema Conselhos realizaram uma manifestação na porta da Embaixada Inglesa em Brasília no dia 2 de setembro, com a entrega de uma carta aberta, protestando contra o assassinato de Jean Charles e as políticas de terrorismo oficiais. Em uma das faixas exibidas, lia-se: “Execução Sumária também é um Ato de Terror”.

Usuários de saúde mental ainda não têm direito ao vale transporte social

A Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) está atenta à situação dos usuários dos serviços de saúde pública do Estado.

No dia 13 de janeiro foi sancionada a lei 4.510 que garante a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal no estado do Rio de Janeiro e, assim, permite aos portadores de deficiência ou de doenças crônicas acesso aos postos de saúde, ambulatórios e hospitais. No entanto, nas normas que regulamentam a lei do vale transporte social, os usuá-

rios de saúde mental ainda não conseguiram esse direito.

A resolução de número 20 da Secretaria de Estado de Transportes relaciona 34 doenças que possibilitam a concessão do vale social. Enquanto as doenças físicas são amplamente contempladas, a maior parte das doenças mentais não consta na lista. Para garantir esse direito, o usuário de saúde mental precisa passar por uma análise da Coordenação Médica do Centro de Controle e Concessão do Vale Social da Secretaria de Estado de Transporte, que pode fazer ou não a

concessão do vale social.

Para Walter Melo, conselheiro e membro da Comissão de Saúde do CRP-RJ, a lei peca por não incluir beneficiários portadores de deficiência mental: “O acesso do usuário às medicações e ao tratamento em serviços de atenção diária, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), são essenciais para promover a qualidade de vida, diminuir o sofrimento psíquico e evitar as internações psiquiátricas que causam cerceamento ao doente e gastos excessivos ao governo”, disse Melo.

Vera Canabrava

Conselheira do Conselho Federal de Psicologia

Formada há 35 anos pela UFRJ, a psicóloga Vera Canabrava foi a primeira presidente do Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro em 1980. Com mestrado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ e doutorado em Psicologia Social pela Uerj, Canabrava é atualmente conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

O que é o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e qual a importância da participação do psicólogo nesse Fórum?

O Fórum, como o próprio nome diz, busca a democratização das comunicações que, no nosso país, são de propriedade de grandes grupos. O Fórum reúne um conjunto de entidades que luta pela pluralização dos meios de comunicação e das nossas possibilidades de expressão nos meios. É importante que os psicólogos participem das discussões do Fórum porque a mídia produz subjetividade de forma incessante. A presença do Conselho Federal de Psicologia no Fórum tem a função de pressionar pela expressão da pluralidade e da diferença, e trabalhar em campanhas contra a baixaria na TV, estando atenta a temas como o racismo, a educação inclusiva e a defesa do Estatuto da Infância e da Adolescência. São temas que compõem a pauta dos Direitos Humanos seguindo uma das indicações da agenda de trabalho do V Congresso Nacional de Psicologia realizado em junho de 2004.

Como você pessoalmente avalia o atual momento histórico na área de comunicação no Brasil?

Esse tem sido um ano bastante atribulado. Por outro lado, a complexidade nas comunicações é a cada momento potencializada pelos saltos tecnológicos, e os problemas de acesso democrático são um desafio. O Fórum vinha aguardando

um aporte financeiro para que pudesse seguir suas ações e isso chegou. Ao mesmo tempo estamos vivendo um momento muito conturbado em que se está discutindo a lei geral das comunicações. Existe dificuldades na interlocução com o governo por uma série de fatores, dentre elas a mudança de ministro das Comunicações. Mas, apesar disso, é entendimento da executiva do Fórum, à qual o CFP integra, que não deve haver uma paralisação de suas ações em função das mudanças no governo. Nossos trabalhos seguirão.

O Fórum irá realizar um encontro em Belo Horizonte durante o mês de outubro. Qual a discussão central desse encontro e como os psicólogos podem participar dele?

Esse encontro, a XII Plenária do FNDC, será aberto pelo CFP. O tema que atravessa o encontro será discutir o direito de todos à comunicação. Além disso, estaremos discutindo teses para atualização do Programa do FNDC e operando a formação de grupos de trabalho e estudo (GTE). Para nós psicólogos, em especial, cabe enfatizar explicitamente as produções de subjetividade pela mídia no GTE Alfabetização para a Leitura Crítica da Mídia. Nós, como psicólogos, temos amplas motivações para estimular a autonomia intelectual dos indivíduos e capacitá-los para a disputa da formulação de políticas públicas, sistemas e meios.

Nos dias 17 e 18 de agosto você participou



do I Encontro Nacional de Direitos Humanos – Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Como foi a participação do CFP nesse encontro?

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara promoveu o I Encontro Nacional de Direitos Humanos, que teve como tema a Comunicação. Ele foi antecedido pelo IX Congresso sobre os Direitos Humanos, sendo o resultado de uma luta da sociedade civil. Nesse primeiro encontro foi discutida a questão da mídia. O profissional psicólogo mostra-se neste cenário como um estra-

nhos, um diferente, pois não estaríamos, tradicionalmente, inseridos na área de comunicação. Foi apresentado um dos vídeos produzidos pelo CFP e pela TV Futura que se chama “Não é o que Parece” que aborda diversos preconceitos, quanto à raça, idade e sexualidade. Isso significou um impacto, servindo para evidenciar uma Psicologia que está trabalhando as questões da subjetividade nos diversos campos da realidade brasileira. Participei também do grupo que discutiu a conceituação do que seria o direito humano à comunicação. O encontro terminou com a produção de uma carta, que para nós psicólogos tem muita importância, principalmente no trecho que aponta para a nossa contribuição: “compreender a diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, garantir o acesso equitativo às tecnologias da comunicação e a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual. (...) A importância do direito humano à comunicação está ligada ao papel da comunicação na construção de subjetividades”.

Quando e por que você começou a se inte-

ressar pela área de comunicação?

Enquanto psicóloga sempre fui uma pessoa voltada para a área da política e desde o início da década de 90 envolvida com a Filosofia. Como dizia Aristóteles, “eu sou um animal político”. Enquanto ser político, vivi a transformação da Associação Profissional de Psicólogos do Rio de Janeiro em Sindicato, que se concluiu na década de 1980, em meio às lutas pela Anistia. Sigo sendo uma pessoa irrequieta com as questões sociais. Fiz o mestrado na Escola de Comunicação da UFRJ, que foi absolutamente decisivo para que, como psicóloga, pensasse a questão da subjetividade dizendo respeito a vários profissionais: sociólogos, arquitetos etc. Recentemente terminei o doutorado em Psicologia Social trabalhando o problema do tempo em suas conexões com a memória e a subjetividade. O interfaceamento Psicologia, Comunicação e Filosofia facilita o trânsito nessas discussões da psicologia social. Atualmente, graças à minha participação no CFP, posso conversar tanto com os meus pares quanto com os não pares sobre a questão da comunicação e das produções de subjetividade.

Presença confirmada do CRP-RJ no Fórum em Belo Horizonte

Nos dias 14 a 16 de outubro será realizado em Belo Horizonte a XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. A conselheira Alessandra Daflon será a representante do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) no Fórum, que tem o objetivo de discutir diferentes estratégias para enfrentar os problemas da área de comunicação no Brasil.

O evento abre no dia 14 com o Painel “As definições cruciais da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa e da Tecnologia Digital”, que será mediado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Como convidados, estarão pre-

sentes o ministro das comunicações Hélio Costa, Daniel Herz da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Gabriel Priolli da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) e Nelson Hoineff da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de TV (ABPI-TV).

Serão discutidos durante o evento a política de organização e mobilização de entidades nacionais e comitês regionais, a formação de grupos de estudo e trabalho (GETs) e definição de atuação, o plano de lutas do FNDC, a política de finanças e estrutura administrativa do FNDC e a atualização do programa do FNDC.

Trocando em Miúdos adiado para novembro

O próximo Trocando em Miúdos foi adiado para novembro por causa da realização do I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos em outubro. O evento ainda não tem data confirmada, mas tratará do tema Direitos Humanos, Psicologia e Comunicação. Para saber mais informações, acompanhe a agenda do CRP-RJ no site www.crp-rj.org.br.

Trocando em miúdos é um espaço criado para pensar e problematizar temas relevantes junto com a categoria. A ideia é discutir questões contemporâneas com pessoas envolvidas em lutas e práticas profissionais nos diferentes territórios onde circulam e interferem cotidianamente.

Esse contato com outros olhares e com dimensões singulares, de práticas profissionais, certamente pode nos ajudar a refletir sobre os Direitos Humanos, os dilemas que o trabalho nos traz e as ações que precisam ser encaminhadas.

A tônica desses encontros tem sido o clima descontraído e informal, onde cabem todas as perguntas e onde se pode esmiuçar em detalhes o tema do dia. Trocando em miúdos é uma atividade mensal do CRP-RJ, que enfoca temas relacionados às atividades profissionais do psicólogo. Todos os psicólogos interessados são convidados a participar.

Em maio, no Trocando em Miúdos “Pensando sobre Direitos Humanos”, estiveram presentes Cecília Coimbra e Heliana Conde, psicólogas militantes em Direitos Humanos e professoras universitárias. Em junho, participaram do evento Alan Teixeira, Ângela Conrado, Edvaldo Nabuco e José de Paula, cada um envolvido na luta antimanicomial como profissional, usuário ou familiar, em “Pensando sobre justiça e saúde mental”.

No mês de julho, André Nascimento, Esther Arantes, Maria Lucia Karam e Vera Malaguti, desenvolveram o tema “Pensando juventude e drogas – desconstruindo relações pré-estabelecidas”.

Em agosto, finalizando a programação “CRP-RJ de portas abertas”, realizada em comemoração ao Dia do Psicólogo, Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves, Neide Ruffeil e Regina Duarte Benevides de Barros, participaram do debate “Pensando o trabalho, gestão e políticas públicas.”

A estratégia do medo

Vera Malaguti Batista*

No Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação sócio-econômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem do ponto de vista sócio-econômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas.

A nossa política criminal de drogas provocou um processo de criminalização da juventude pobre do Rio de Janeiro, desenvolvendo um discurso demonizador do tráfico, a ponte pobre do negócio, com o fortalecimento dos sistemas de controle social, aprofundando seu autoritarismo exterminador que se amplifica com o fim da ditadura militar. O mercado de drogas ilícitas propiciou uma concentração de investimentos no sistema penal que é completamente funcional à agenda política do capital vídeo-financeiro; propicia argumentos para uma política de violações aos direitos humanos entre as classes vulneráveis; sejam eles jovens das favelas do Rio de Janeiro, camponeses latinoamericanos ou imigrantes indesejáveis no hemisfério norte: são os inimigos cômodos que Loïc Wacquant aponta ao associar o desmantelamento do Estado Previdenciário para a expansão sem precedentes do sistema penal.

O medo tem sido o fio da história: nos medos de ontem como nos de hoje, não se questiona a



violenta hierarquização da sociedade brasileira. O medo pede mais pena, mais extermínio, menos garantias afastando cada vez mais o debate das grandes questões nacionais: acesso à terra, liberdade, igualdade, acesso aos direitos prometidos desde a Independência em 1822.

O período posterior à Independência é sacudido por diferentes desejos de nação. Irrompe uma nova categoria, o povo brasileiro, que enseja uma radicalização do liberalismo, o fim da escravidão, a utopia de uma nação mestiça, cidadania para todos. Da Revolução Farroupilha no Sul à Cabanagem no Pará despontam movimentos revolucionários, levantes urbanos, tropas amotinadas, rebeliões camponesas. Um grande temor dominava o coração dos proprietários. Vários historiadores trabalham a década de 30 do século XIX com agitações e esperanças da malta nas cidades, dos camponeses buscando a posse da terra, e inquietação e pavor das elites que se organizam para a construção do Estado Imperial e a constituição de uma classe senhori-

al. É um momento de intensificação da rebeldia negra e de assombro dos proprietários diante dos perigos impostos às fantasias de inviolabilidade das vontades senhoriais. A idéia de unidade e de indivisibilidade do Império esbarra na “associação de todos os brasileiros”, na reprodução das hierarquias.

No capitalismo tardio o medo se renova e não é só uma consequência deplorável da radicalização da ordem econômica, é um projeto estético que movimenta a mídia, a cultura e principalmente a indústria da segurança. Trata-se de identificar, traçar e criar constantemente fronteiras para os “novos estranhos”, os consumidores falhos, aqueles que desordenam a “preservação da pureza da vida consumista”, como disse Bauman. Na hipertrofia crescente do Estado Penal que atua junto da destruição do Estado Previdenciário, a liberdade irrestrita do capital financeiro produziu um mundo onde nada é seguro. A pobreza não é mais exército de reserva de mão-de-obra, mas um sinal de desordem a ser isolado e neutralizado. A nova ordem mundial representa uma “barabarização secundária” na sua periferia.

Nesta perspectiva de brutalização e criminalização da pobreza, o poder político nacional é drasticamente reduzido, é impotente diante da conflitividade gerada pela exclusão e desamparo da ordem econômica transnacional. Zaffaroni alerta para o fato de que o poder político em queda não dispõe de um discurso criminológico hegemônico. A luta por esta hegemonia se dá na esfera das comunicações. Ao contrário da conjuntura dos 30 no século XIX, o processo de concentração do capital vídeo-financeiro produz uma espécie de discurso único. A mídia, antes cronista parcial, é hoje protagonista, e o discurso político subordina-se às agências de comunicação. A insegurança difusa e dispersa converge então para o medo concreto, do dia-

CRP-RJ participa de encontro com Comitê Contra a Tortura da ONU

a-dia nas cidades. Contra as causas mais profundas da incerteza pouco se pode fazer, mas contra a pobreza criminalizada há um terreno fértil de captação de votos.

No Brasil, o medo do crime e da violência urbana carrega as marcas das matrizes do extermínio, da desqualificação jurídica, da estética da escravidão. As estruturas jurídico-penais e policiais fundadas neste processo civilizatório nunca desarmam o seu arsenal de maldades, suas armadilhas de autoritarismo. Podemos observar, historicamente, como a memória do medo é trabalhada para construir uma arquitetura penal cuja clientela se metamorfoseia infinitamente em índios, pobres, pretos e insurgentes.

É tarefa dos pensadores críticos contribuir para a desnaturalização desta estética, do que entra pelos olhos, desta violência seletiva e hierarquizante, deste descaso com os que chamamos de desaparecidos de nascença. A ruptura radical desta memória do medo é que vai possibilitar a derrubada das fronteiras invisíveis da nossa cidade, dando voz aos nossos desejos de povo e de nação, criando laços de inteligibilidade com uma história que é capaz de produzir um outro futuro. É aí então que pode atuar uma psicologia comprometida com o seu povo e o seu tempo. A matéria prima da resistência à estratégia do medo é a mesma do cotidiano dos que trabalham na trincheira da subjetividade: a memória e o desejo. Pensando a memória como um território comum entre o singular e o coletivo, temos que nos apropriar da nossa história para criarmos, com os nossos desejos, um lugar generoso e igualitário, uma fratria brasileira.

* Socióloga; doutora em Saúde Coletiva pela Uerj; colaboradora do Instituto Carioca de Criminologia.

Foto: Custódio Coimbra



O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) esteve presente no encontro com o Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 22 de julho. Outros conselhos profissionais, organizações e movimentos sociais também participaram da reunião, que teve o objetivo de realizar uma troca de informações entre seus participantes sobre a realidade brasileira diante das práticas de tortura.

Fernando Marillo, presidente do Comitê Contra a Tortura da ONU, e sua equipe participaram do encontro, que contou também com a participação das psicólogas Maria Beatriz Sá Leitão e Rosângela Abreu, membros da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) do CRP-RJ. Estiveram presentes representantes das seguintes organizações: Justiça Global, Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), Movimento Justiça pela Democracia, Centro de Direito Institucional, Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ), Reforma Prisional, Associação dos Defensores Públicos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul,

entre outros.

Diversos casos de tortura emblemáticos foram relatados: um participante do encontro fez um depoimento sobre torturas sofridas dentro de um órgão público. A representante do movimento Mães do Degase também falou sobre a violência institucional que tem atingido pessoas nas unidades desse órgão. Os participantes fizeram considerações a respeito das práticas institucionais de tortura generalizadas, além das ações de intimidação e extorsão tão sistemáticas. “A tortura, que na época da ditadura militar se dirigia à classe média, hoje está voltada para os segmentos mais pobres da sociedade”, disse o psicólogo Ignácio Cano, da Uerj.

Os participantes discutiram também o caso histórico com a formação de agentes públicos e práticas de tortura em ações de rua e nos hospitais, assim como a tortura praticada por componentes das empresas de segurança privada.

O Comitê Contra a Tortura da ONU informou, na ocasião, que iria elaborar uma agenda de visitas a instituições públicas bem como outros contatos representativos.

Psicólogos discutem formas de fortalecer prática profissional no sistema prisional

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) realizou um encontro com os psicólogos do sistema penitenciário e entidades afins nos dias 21 e 22 de setembro para discutir as atribuições, competências e possibilidades da formação dos psicólogos que atuam nesse campo de trabalho. O evento foi parte de uma estratégia nacional do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) que visa o fortalecimento da prática profissional do psicólogo dentro dos estabelecimentos penitenciários.



A parceria entre o CFP e o Depen começou com o mapeamento da atuação dos psicólogos do sistema prisional em todos os estados do país. No Rio de Janeiro, a Coordenação de Psicologia da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária foi o órgão responsável pela realização desse levantamento dentro das unidades prisionais.

A conselheira Márcia Badaró e a psicóloga Wilma Diuana, membro da Comissão Regional de Direitos Humanos, são as representantes do CRP-RJ nesse projeto.



O resultado desse encontro será enviado ao CFP, que organizará as informações recolhidas de todos os Conselhos Regionais. Nos dias 17 e 18 de outubro, um Encontro Nacional em Brasília reunirá os representantes dos Conselhos Regionais, a Plenária do CFP e o Depen para discutir essas informações e redigir um documento a ser entregue ao Depen pelo CFP. Esse documento terá como objetivo orientar uma política de formação dos profissionais do sistema prisional.



☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
☐ PORTEIRO OU SÍNDICO
☐ FALECIDO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____
CARTEIRO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280



Impresso Especial
050200039-2/2001-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO
...CORREIOS...